



Conferência de Imprensa – 16 de Maio de 2016

Intervenção de Jorge Humberto

As Jornadas Parlamentares, que o Grupo Parlamentar do PCP levou a efeito nos passados dias 11 e 12 de Abril, centraram-se nos problemas das assimetrias regionais, da desertificação e do despovoamento do território e nas políticas necessárias para assegurar o desenvolvimento equilibrado da Região;

Três ou quatro notas sobre as Conclusões das Jornadas: Sobre o desenvolvimento, pensamos que este deve assentar numa abordagem coerente, transversal e uniforme do território, não só está claramente por cumprir como ao longo dos últimos anos tem sido vítima da política económica, fiscal, laboral e agrícola.

Neste contexto as assimetrias entre litoral e interior, o despovoamento, o envelhecimento de uma vasta parcela de território nacional e a desertificação física, têm-se acentuado.

Em nossa opinião, se nada for feito, nos próximos anos, serão milhares de aglomerados urbanos votados ao abandono e com eles uma parcela de território nacional, que fica por ocupar e por produzir.

Os movimentos de transferência das populações rurais para os grandes núcleos urbanos terão uma multiplicidade de razões, mas têm uma relação muito forte com a pobreza. As populações transferem-se para as cidades para fugir à pobreza e para procurar melhores condições de vida e de dignidade.

Trás-os-Montes continua com uma taxa bruta de natalidade baixa e Índices de envelhecimento altos.

Os equipamentos, de saúde, de ensino, culturais, entre outros, concentram-se nas áreas urbanas e quando existem nos meios rurais são muitas vezes à custa dos orçamentos municipais, contribuindo para o agravamento da situação demográfica.

Esta realidade foi potenciada e agravada pela falta de investimento público o que não permitiu a infra-estruturação adequada do interior

do país, sobretudo na ferrovia e até da infra-estruturação de telecomunicações, de que o caso da TDT é um exemplo flagrante. Por outro lado, as opções de emagrecer o Estado e transferir para a área do negócio privado importantes funções sociais, fez com que de uma porção vasta de território nacional se fossem retirando e encerrando escolas, extensões de saúde, postos de correio, serviços da segurança social, postos da GNR, juntas de freguesia.

Não é admissível o argumento da falta de pessoas no interior para suportar as opções políticas. É incumbência do Estado e dos governos que gerem o Estado central, segundo a constituição da República Portuguesa, “Promover a coesão económica e social de todo o território nacional, orientando o desenvolvimento no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões e eliminando progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a cidade e o campo e entre o litoral e o interior”. Os governos não se podem limitar a constatar que os territórios se estão a despovoar. Aos governos cabe intervir para alterar esta situação.

Por mais que as autarquias cumpram o seu papel, desenvolvam os parques industriais, criem infra-estruturas educativas, culturais ou sociais, a realidade tem vindo a demonstrar que isso não basta e que são necessárias medidas concertadas com o poder central.

A inexistência de um nível de poder regional, como a Constituição consagra, não tem ajudado na resolução do problema. Medidas de reconfiguração das CCDR ou de descentralização da execução das políticas centrais não **resolverão o problema que persistirá enquanto não forem instituídas em concreto as regiões administrativas.**

O despovoamento arrasta consigo uma grave consequência que é a desertificação física do território. Mais de metade do território nacional é susceptível à desertificação. Um território desertificado perde, ou vê altamente condicionada, a sua capacidade produtiva. Como temos afirmado, para dever menos é preciso produzir mais, o país precisa é de valorizar e potenciar a sua capacidade produtiva e não perdê-la.

A matéria das assimetrias regionais exige intervenção. Boas intenções, não chegam. A realidade confirma-o.

A par do investimento e dos grandes projectos públicos é necessário um modelo económico que se preocupe não só com o crescimento, mas também com a distribuição da riqueza e a criação de emprego com direitos. Só isso poderá promover, o desenvolvimento que ambicionamos e de que o país precisa.

Tal como concluímos, ao fazer o balanço das Jornadas, é necessário a promoção de um efectivo desenvolvimento regional, assente no aproveitamento racional dos recursos, numa criteriosa política de investimento público e outras políticas visando a conservação da Natureza, o combate ao despovoamento, à desertificação e um maior equilíbrio territorial e coesão económica e social das várias regiões, o respeito pelo sistema autonómico e pela autonomia das autarquias locais e o reforço da sua capacidade financeira; a criação das regiões administrativas conforme a vontade das populações. Esta política e o desenvolvimento que defendemos, não estão desligados de uma necessária defesa dos sectores produtivos e da produção nacional, assentes na defesa da indústria transformadora e extractiva e na agricultura.

O primeiro passo para reduzir as assimetrias regionais é criar condições para que as populações tenham vidas dignas. Recuperar rendimentos e direitos. Recuperar freguesias, tribunais e serviços públicos. Fixar profissionais de saúde e outros trabalhadores qualificados. Aumentar os níveis de investimento público e de apoio aos sectores produtivos para criar riqueza e emprego de forma sustentada. Valorizar os trabalhadores e os seus direitos e elevar os níveis de vida das populações. É desta política que o interior necessita para se desenvolver.

Por último, referir que o PCP tomou a iniciativa de agendar um debate na AR, sobre Portagens, porque é preciso retirar dos ombros das populações do interior do país o fardo insustentável das portagens.

As populações do interior do país foram particularmente castigadas pela política de exploração e empobrecimento do anterior Governo PSD/CDS. Sofreram as consequências brutais da política de encerramento de serviços públicos; perderam urgências hospitalares e centros de saúde, escolas, estações de Correios e tribunais; perderam freguesias; e viram também as portagens a serem impostas nas suas auto-estradas.

Num quadro de recessão e estagnação económica, de falência de micro e pequenas empresas e de crescimento galopante do desemprego, as portagens vieram somar mais crise à crise, quando o que se precisava era exactamente o oposto: uma decisiva intervenção de relançamento das economias regionais que garantisse a criação de emprego e o progresso social.

Os utentes das ex-SCUTs foram duramente penalizados pelas portagens.

Situação agravada pela inexistência de reais alternativas às auto-estradas agora portajadas. Com a introdução de portagens, parte considerável do tráfego das ex-SCUTs transferiu-se para outras estradas.

Pensamos que, para melhorar as condições de vida das populações, para dinamizar as economias locais, é preciso abolir imediatamente as portagens no interior país.

Com a abertura do Túnel, que saudamos, julgamos que chegou a hora de se pensar em incentivos à fixação de Empresas, criar condições para atrair investimento e do poder local se adaptar e organizar para o receber, acautelando as infra-estruturas necessárias.

Nota:

Conforme foi anunciado nas Jornadas, anexamos um documento onde estão plasmados, um conjunto de iniciativas Parlamentares, que o PCP levou ou vai levar à A. República!

Jorge Humberto

16 de Maio 2016